



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1653795 - SP (2020/0017366-6)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : JORGE LUIZ REIS FERNANDES - SP220917
AISLAN DE FARIA THIERI - SP327471
RAISSA LUIZA ANTUNES MONTORO - SP347590
AGRAVANTE : BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS
OUTRO NOME : COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL
ADVOGADO : FABIANO SALINEIRO - SP136831
AGRAVADO : DISNEY APARECIDO DA SILVA - ESPÓLIO
REPR. POR : MARIA ANGELA BRAGA COSTA E SILVA - INVENTARIANTE
ADVOGADO : LUIZ GUILHERME MENDES BARRETO - SP200863

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL (2º agravante) contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal.

Ação: cobrança de seguro e declaração de inexigibilidade de débito, ajuizada por ESPÓLIO DE DISNEY APARECIDO DA SILVA, em face de BANCO DO BRASIL S.A. e da agravante, na qual requer a suspensão das cobranças das mensalidades de empréstimo garantido por meio do seguro prestamista e o pagamento do sinistro previsto no seguro prestamista celebrado entre as partes, dando quitação ao contrato de empréstimo originário, na exata extensão do montante do seguro.

Decisão de admissibilidade do TJ/SP: inadmitiu o recurso especial pela ausência de demonstração da violação dos dispositivos arrolados e pela incidência da Súmula 7/STJ.

ARESP de COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL: limitando-se a reiterar as razões apresentadas quando da interposição do recurso especial, a par de sustentar a invasão da competência constitucional do STJ, não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade da Súmula 7/STJ.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da

decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, §11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 10% sobre o valor da condenação (e-STJ fl. 440) para 11%.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora